



BREVE RELATO E DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

19 de dezembro de 2023

A reunião do Conselho Político da ACD realizada em 19/12/2023 foi um sucesso e contou com a presença de 60 pessoas (virtual e presencialmente), representantes das entidades apoiadoras da ACD, Núcleos e voluntários(as) de todas as regiões do país, além da equipe da ACD. Maria Lucia Fattorelli, coordenadora nacional da ACD, dirigiu os trabalhos e iniciou agradecendo o imenso apoio que a ACD vem recebendo das entidades e dedicados(as) coordenadores(as) dos Núcleos em todo o país.

1- ANÁLISE DE CONJUNTURA

Maria Lucia apresentou telas atualizadas especialmente para a reunião do Conselho Político da ACD <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/reuniao-do-conselho-politico-da-acd-19-12-2023/> mostrando inicialmente o grande volume de atividades realizadas pela ACD em 2023, destacando que todas as realizações só foram possíveis devido ao fundamental apoio dos núcleos, entidades parceiras, voluntários(as) e equipe da ACD. O ponto central da análise foi o resultado da reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente ocorrida na véspera, dia 18/12. Maria Lucia expôs recortes de notícias que retratam a grande frustração dos servidores públicos com o anúncio de REAJUSTE SALARIAL ZERO, apesar da imensa perda inflacionária acumulada de 46% em média desde 2010. O governo Lula ofereceu apenas reajustes pífios em 3 (três) benefícios que sequer atingem todos os servidores e deixam fora os aposentados (auxílio alimentação, auxílio pré-escolar e auxílio saúde). Maria Lucia prosseguiu com a análise de conjuntura revelando que não falta dinheiro, mas o privilégio do Sistema da Dívida com seus juros abusivos absorve a imensa maioria dos recursos, colocando em risco cada vez mais grave o financiamento das áreas essenciais para a sociedade (Saúde, Educação, Previdência, Assistência etc.), sendo que a maioria do povo brasileiro não tem possibilidade de acesso a tais serviços fora da rede pública. Concluiu ressaltando a necessidade de as entidades apoiarem a campanha pelo limite dos juros no Brasil, as atividades da ACD e das Frentes parlamentares pelo limite dos juros e auditoria integral da dívida pública com participação social. Confira a gravação em https://youtu.be/_KDeEB9nABk.

Seguiu-se amplo debate, com a participação de importantes lideranças do movimento sindical que prestigiaram a reunião.

Apresentação de proposta para grande reunião, no início de 2024, a fim de unificar as lutas em 2024.

David Lobão (SINASEFE) fez um histórico das negociações de servidores com os governos Bolsonaro e Lula, mostrando que não tem havido a reposição das perdas inflacionárias e salariais. Relatou que quando as entidades falam que há muito dinheiro no caixa do Tesouro Nacional, o governo simplesmente não responde, e depois fala que os servidores são privilegiados, pois 60% dos trabalhadores brasileiros ganham até 1 salário mínimo. Mas não mexe nos ganhos dos super ricos beneficiários da dívida pública. Já tem 1 ano de governo Lula e ainda não existe uma agenda comum dos trabalhadores.

Propôs que a ACD chame uma reunião no início de 2024 com os movimentos sociais, Frente Povo Sem Medo, Frente Brasil Popular, CUT, Centrais Sindicais, MST, MTST etc., para construir uma grande luta conjunta por direitos sociais.

A proposta foi acolhida e, submetida a votação, foi aprovada por unanimidade. Maria Lucia parabenizou pela sugestão e propôs que as entidades ajudem com a mobilização para a reunião que deverá ocorrer no início de 2024, em data a ser definida.

Paulo Lindesay (ASSIBGE / Núcleo RJ da ACD) – Falou sobre o desastre do “Regime de Recuperação Fiscal” no Rio de Janeiro, e sobre a mentira do governo federal de que não teria recursos para os reajustes dos servidores. Para ele é preciso levar a pauta da Auditoria Cidadã da Dívida para dentro das entidades, pois é impossível obter sucesso para as reivindicações dos trabalhadores sem enfrentar o Sistema da Dívida.

Valdemar do Amaral (SINDIPETRO LP) – Falou da necessidade de mobilizações e maior divulgação da pauta da Auditoria Cidadã da Dívida para a sociedade em geral, colocando o Sindipetro LP à disposição para ajudar.

Luiz Legnani (COBAP) – Parabenizou a ACD pelo trabalho, ressaltou a necessidade da mobilização conjunta, pois, segundo ele, o governo está em disputa, e estamos perdendo para o Centrão. Colocou sobre a necessidade de apoiarmos o PL 4434/2008, que está para ir ao Plenário, e recuperar as perdas dos aposentados.

Moacir Lopes (FENASPS) – Comentou a proposta feita pelo governo Lula na MNRP, de reajuste salarial zero e exclusão dos aposentados, ao mesmo tempo em que os super ricos estão cheios de dinheiro. Acrescentou a necessidade de combatermos a PEC 32 (“Reforma Administrativa”), pois privatiza o serviço público. A realidade se impõe, precisamos organizar o material da ACD, entregar nas passeatas, e as entidades têm que financiar, para fazermos disso uma campanha nacional.

Paulo Garrido (ASFOC SN) – Reforçou a proposta aprovada anteriormente, de realizar uma reunião com movimentos sociais e Centrais.

Vicente Fialkoski (SINAL DF) – Colocou que de fato existe muito dinheiro em caixa, inclusive nas reservas internacionais.

Cláudio Oliveira (Núcleo BA) – Relatou as atividades do Núcleo Bahia, como a pesquisa sobre a empresa “Bahia Invest” (do esquema da “Securitização”), que tem funcionado como um Fundo Especial “Coringa”, que acaba servindo para repassar recursos para a iniciativa privada. Pediu para os demais Núcleos da ACD verificarem se nos outros estados também existiria essa estrutura.

Rita Felicetti (ANFIP) – Denunciou o esquema da Securitização, a Privatização da Rodoviária no DF e o Sistema da Dívida como um todo.

David Landau (SITRAEMG) – Relatou que o governo foi eleito com muita mobilização nas ruas. Sugeriu incluir na pauta de lutas a PEC que prevê o reajuste dos servidores, que tem a deputada federal Samia Bonfim como relatora, e pode ser uma pauta unificada das entidades.

Lujan Miranda (Núcleo ES) – Lembrou que o senador do PT foi o autor do PL 3877/2020, que criou o depósito voluntário remunerado, mais um instrumento de Bolsa-Banqueiro. Criticou a apropriação de diversas palavras, como a “Reforma”, que se referia a coisas boas (Reforma Agrária, por exemplo), mas passou a ser usada para piorar a Previdência, por exemplo. Somos contra o Sistema da Dívida e tudo aquilo que desrespeita, violenta a dignidade da população. Temos que enfrentar inclusive este governo, que em sua opinião não está em disputa, pois em vez de estar apresentando, no Congresso, as bandeiras dos movimentos sociais, batem o martelo naquilo que articulam com o Centrão.

Renata Gama (ANDES SN) – Denunciou a tramitação da “Reforma” do Ensino Médio, e que entidades estão desmobilizando a luta. Organizações estudantis colocaram

nomes de pessoas para ir em ônibus para protestar contra a “reforma”, e não compareceram, ocupando lugares de outros estudantes que poderiam ter ido.

2 – FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

Maria Lucia falou da importância do trabalho que a Frente Parlamentar vem promovendo desde a sua instalação. Citou o Seminário “*Onde está o rombo das contas públicas? No serviço público ou no Sistema da Dívida?*” <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/seminario-das-frentes-parlamentares/>, e a reunião realizada no dia 12/12/2023, que contou com a presença especial da deputada Fernanda Melchionna e do deputado Lindbergh Farias, na qual foi divulgado aos presentes o folheto <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/contribuicoes-da-auditoria-cidada-da-divida-para-a-luta-do-funcionalismo-publico/> preparado para contribuir com a luta do funcionalismo público.

Esse folheto desmonta os argumentos usados pelo governo federal para não conceder reajuste e recomposição da perda inflacionária dos servidores, pois mostra, entre vários outros dados, que o gasto anual com a Bolsa-Banqueiro (R\$ 181 bi em 2022) seria suficiente para reparar a perda inflacionária de 46% de todo o serviço público federal, acumulada desde 2010.

Fattorelli convidou as entidades presentes a integrarem a Frente Parlamentar.

3 - CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – PLP 104/2022 - <https://bit.ly/3G87DQA>

Forem feitos os informes sobre tramitação do PLP 104/2022, pedindo aos presentes para acessar e divulgar os Informativos da campanha, bem como a necessidade de apoio na votação da Enquete oficial da Câmara dos Deputados <https://auditoriacidadada.org.br/vote-na-enquete-oficial-da-camara-e-declare-apoio/> . Já temos 2.700 manifestações, mas precisamos de muito mais! Pedimos às entidades para divulgar e solicitar a seus associados que declarem apoio ao PLP 104/2022: <https://bit.ly/3T1wauE> .

4 - CURSO A DISTÂNCIA SOBRE O SISTEMA DA DÍVIDA, COM FOCO NA DÍVIDA DOS ESTADOS

A nova turma do Curso a Distância sobre o Sistema da Dívida, com foco na Dívida dos Estados está com as inscrições abertas até dia 09/02/2024 e início das aulas em 12/02/2024. Maria Lucia pediu apoio às entidades para divulgação e patrocínio de filiados. Mais informações: <https://auditoriacidadada.org.br/cursos/>

5 – NOVO CURSO BASEADO NA CARTILHA “Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil” <https://bit.ly/41XrKbL>

Durante reunião Maria Lucia ressaltou a importância da Cartilha lançada pela ACD em 2023, com o apoio de diversas entidades presentes na reunião e outras, e informou que ela pretende lançar um novo curso baseado na referida Cartilha.

Consultou os presentes acerca da concordância com esse investimento na construção do novo curso da ACD, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.

O curso vai necessitar da ajuda das entidades, tendo em vista o custo elevado para gravação e edição, entre outros custos, e que será enviado pedido de apoio financeiro nesse sentido.

6 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA:

A ACD não cobra mensalidades, honorários, ou qualquer tipo de taxa, e que a entidade se mantém com doações voluntárias, por isso pediu apoio também na divulgação das possibilidades de doação, que podem ser feitas via:

- **PIX** 12537204000145,
- pagamento recorrente no cartão de crédito <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/>, ou
- PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

7 - APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA PADRE THIERRY LINARD, VINCULADO À COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB)

Maria Lucia ressaltou a importância desse Observatório de Finanças e convidou os participantes interessados para integrar os grupos de pesquisa. Basta enviar e-mail para contato@auditoriacidada.org.br para manifestar interesse e será incluído(a) no grupo.

Cumprida a pauta, Maria Lucia agradeceu imensamente a presença e participação de todos e todas, encerrando a reunião.

COORDENAÇÃO NACIONAL DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar – Brasília-DF – CEP: 70070-939 - Edifício OAB
Telefone (61) 2193-9731 - E-mail: contato@auditoriacidada.org.br,
www.auditoriacidada.org.br